

Aos dez dias do mês de setembro de dois mil e dezenove, às quatorze horas, no Anfiteatro Mário Pimenta Camargo, na Prefeitura Municipal de Uberaba, com as presenças do Excelentíssimo Prefeito Paulo Piau; Dr. Leonardo Santos, Diretor Executivo do Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades-iPGC; Dr. Leonardo Quintino, Superintendente de Atos Oficiais e Assuntos Legislativos; Glauber Faquineli, Assessor Estratégico de Assuntos Regionais; Aleksandar Corá, representante do Deputado Federal Franco Cartafina; Vereador Alan Carlos, Presidente das Comissões Permanentes: Justiça, Legislação e Redação, Educação e Lazer; Vereador Samuel Pereira, 1º Secretário e Presidente das Comissões Permanentes: Orçamento e Finanças, Ética e Decoro Parlamentar, Micro e Pequenas Empresas; John Batista Fernandes, representante do vereador Almir Silva; Maria Cândida Sampaio, representante do vereador e líder do Prefeito Rubério Santos; Celso Paraná, Presidente da Associação de Moradores dos Bairros Fabrício e Vila Olímpica; José Sidney da Silva, Presidente do Bairro Tancredo Neves; Ildelfonso José da Silva Júnior, representante do CDL; Gabriela Nascimento Moreira, representante do Instituto DEGRAF-Meio Ambiente; Cláudio Antônio, representante do IEATM; Massuó Machyama, ex-vereador de Uberaba; Antônio Donizete Ferreira, presidente da Federação das Associações de Bairros de Uberaba-FABU; Fernando Carlos Hueb de Menezes, Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de Uberaba; Marco Túlio de Azevedo Cury, Secretário de Desenvolvimento Social; e representantes da sociedade civil, foi realizada a Audiência Pública para apresentar a Proposta de Parceria Público-Privada (PPP) para geração de energia solar fotovoltaica a partir da instalação de plantas solares, atendendo o seguintes escopo: I- Propiciar ao Município de Uberaba uma visão macro de energia sustentável, que leve em consideração todas as modernizações e expertise de mercado em relação à geração solar fotovoltaica de forma sustentável; II- Apresentar um estudo que detalhe a capacidade de atendimento das demandas de energia da Prefeitura, em seu anseio pela busca de uma fonte de energia mais econômica; III- Estruturar todo o estudo de modelagem a fim de propiciar ao município de Uberaba, segurança e tranquilidade na gestão dos negócios estruturantes desta natureza, a fim de zelar pela coisa e bem público; IV- Apresentar o melhor modelo, juntamente com suas possibilidades de configurações contratuais e institucionais, sendo que os estudos deverão contemplar a modelagem técnica e operacional, o modelo econômico-financeiro e o modelo jurídico. Essa parceria procederá a um processo licitatório pela modalidade PPP onde serão construídas três (3) usinas solares que gerarão cinco (5) Megawatts cada, que são valores estimados pelo consumo atual e pelo projeto de viabilidade. Esse projeto deve

representar uma economia dos valores pagos atualmente. O Prefeito Paulo Piau deu as boas-vindas aos presentes e fez uma abordagem histórica de sua administração a partir de 2013, com a contratação da consultoria da Fundação Getúlio Vargas que elaborou o planejamento estratégico para sua administração. Dentre os pontos citados como possíveis fontes para aumentar o poder econômico do município estavam, o turismo regional com a criação do Geo Park que hoje já é uma realidade e outra alternativa, as parcerias público-privada, melhor serviço com menor preço, na construção de escolas, iluminação pública, aeroporto internacional, dentre outros. No entanto, com a crise econômica que assola o país, o ritmo econômico diminuiu e os investimentos dependem da confiança dos investidores no país. Enquanto isso, a PMU faz seus projetos e vai contornando a crise, não ficando parada. Dentre esses projetos surgiu a opção da utilização da energia solar fotovoltaica pelo município, visto que o custo da energia elétrica da CEMIG é muito alto. O Projeto para a realização do empreendimento foi solicitado ao Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades, de Belo Horizonte, em parceria com a Innova Energy e hoje será apresentado aos cidadãos uberabenses. Prosseguindo, o assessor de Assuntos Estratégicos Glauber Faquineli, enfatizou que com esse projeto, Uberaba sai à frente sendo o primeiro município a estudar a implantação da energia solar fotovoltaica com uma parceria público-privada, pautada no avanço tecnológico, na economia para o município e consequentemente no atendimento eficiente do cidadão. Citou que a Ásia, em especial a China, produz mais de 40% (quarenta por cento) em energia solar, a Alemanha utiliza 100% (cem por cento) de utilização de energia solar e o Brasil não chega a 1% (um por cento). Como a energia elétrica é muito cara, a energia solar surge como uma forma sustentável e de redução de custos para o município e para o cidadão. O iPGC é uma experiente consultoria na área de Gestão Municipal que busca qualificar a gestão das cidades, aliando técnica e política, visando a eficiência da gestão pública, o desenvolvimento institucional sustentável e a qualidade de vida dos cidadãos. Essa Audiência Pública é importante porque é neste momento que a comunidade terá a oportunidade de analisar, opinar, reclamar, criticar. Assim, a contribuição do público é muito importante para que haja um processo licitatório transparente e que atenda a população de maneira eficiente. A seguir, o Diretor Executivo do Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades-iPGC, Leonardo Santos, responsável pela elaboração do projeto, iniciou a apresentação técnica, de forma detalhada, explicando que o objetivo maior dessa Audiência é ouvir a comunidade que é a grande interessada e que será escutada em seus anseios. Ele explicou que o Instituto, aproximadamente durante nove meses, fez os estudos, a modelagem técnica, econômica, jurídica e assessoramento no processo que abrange: Gerenciamento do Projeto (metas, etapas, entregas e custos); Estudos (diagnóstico, análises, cenários) e Modelagem (técnico, econômico financeiro, jurídico). Inicialmente foi feita a análise para verificar a viabilização do projeto (técnico, econômico, ambiental, jurídico), a elaboração, e depois de concluído foi apresentado ao comitê gestor da

Prefeitura Municipal de Uberaba que questionou alguns pontos que foram revisados e ajustados pelo Instituto. Esclareceu que a partir de 2012 mudou-se a lógica de geração de energia no país permitindo ao consumidor gerar a sua própria energia, conectando à concessionária que instala um relógio que mede a energia que está sendo gerada pelo consumidor e compensa-se no que o consumidor gasta. Dessa forma, muda-se a mentalidade de geração e consumo de energia no país. Nota-se que as grandes concessionárias tentarão dificultar esse processo e os consumidores precisarão lutar por esse direito. É um momento muito delicado para vencer o risco de conexão dessa energia na rede da Concessionária. Deverá ser rompido esse risco. Uberaba conta com aproximadamente trezentos mil habitantes conectados ao Sistema Interligado Nacional. A demanda elétrica da prefeitura é de 5,332 milhões de kWh/mês, com gastos mensais em reais de R\$ 2.761.286,52 (dois milhões, setecentos e sessenta e um mil, duzentos e oitenta e seis reais e cinquenta e dois centavos). As fontes de energia atualmente são majoritariamente hidroelétricas e possui altos níveis de irradiação (5,55 kWh/m² por dia). Os benefícios para o Município serão: a economia nos gastos com energia elétrica, redução da dependência em relação à distribuidora, redução nos custos de investimento, ganho de eficiência, mitigação de riscos (riscos compartilhados na troca de equipamentos quando necessário), transferência do ativo, investimento inicial por conta do parceiro privado e acontecerá um desenvolvimento institucional, pois o município passa a ter mais conhecimento sobre o assunto e capacitação dos servidores do Município. Os benefícios para o ente privado serão: demanda previsível com remuneração fixa, atividade economicamente atrativa, taxa de retorno atrativa (TIR) que está em torno de 13% (treze por cento), mitigação de riscos (riscos compartilhados), garantia com liquidez nas garantias porque a Câmara Municipal de Uberaba já autorizou a utilizar parte do FPM e se a garantia não funcionar a usina será locada para o mercado para dar mais robustez e segurança aos investidores, possibilidade de atendimento ao mercado privado, ganho em escalas – 15 MWP. Os benefícios para a sociedade serão: redução na emissão de gás carbônico, possibilidade de alocação de recursos para outros fins, promoção da conscientização ambiental como fontes alternativas de energia, geração de emprego e renda, desenvolvimento econômico, geração de novos conhecimentos incentivando a sociedade a gerar a sua própria energia. Quando a PMU toma essa iniciativa evita a evasão de divisas de recursos e é um ganho econômico enorme. O dinheiro que iria para a CEMIG fica na cidade, circula no município e também não precisa trazer energia de outros estados. Quanto a viabilidade técnica: tecnologia (células fotovoltaicas), insumo (irradiação solar), local (terrenos), logística (conectar a rede de distribuição da concessionária-GD). A seguir, o Diretor Leonardo apresentou gráficos sobre a Irradiação Solar no Plano Inclinado, salientando que não se deve confundir com calor que é a captação da luz solar por meio das placas. O estudo e a modelagem do projeto demoraram seis meses para serem concluídos porque demandou um capital intelectual especializado. O tempo de concessão será de vinte e

seis anos e o investimento será, aproximadamente, de sessenta e dois milhões. O prazo de construção e entrega da usina será de um ano. De acordo com tabela apresentada, a economia financeira para o Município será mensalmente de R\$ 227.086,05 (duzentos e vinte e sete mil, oitenta e seis reais e cinco centavos) representando 13,03% (treze inteiros e três centésimos por cento) de economia global; anualmente a economia será de R\$ 2.725.032,58 (dois milhões, setecentos e vinte e cinco mil, trinta e dois reais e cinquenta e oito centavos) e após os vinte e seis anos de concessão a economia será de R\$ 68.125.814,56 (sessenta e oito milhões, cento e vinte e cinco mil, oitocentos e quatorze reais e cinquenta e seis centavos). É importante frisar que a lei não permite a venda de energia. No projeto, a PMU solicitou ao iPGP a inclusão da CODAU (saneamento) mas não foi possível porque o custo ficaria mais alto e inviabilizaria o projeto. Ele justificou que o atrativo nesse projeto são os consumidores de Baixa Tensão por isso não foi incluída 100% ao CODAU (saneamento) que desequilibraria o projeto economicamente visto que é um consumidor de Média Tensão. O projeto atenderá 100% (cem por cento) das contas de Baixa Tensão, 60% (sessenta por cento) de Média Tensão que representa 11 (onze) MWP (exceto no horário de ponta). Quarenta por cento (40%) da Média Tensão que representa 4 (quatro) MWP, o parceiro será autorizado a locar para o mercado que compartilhará a receita em 10% (dez por cento) com o Município. Assim, haverá um total de 15 (quinze) MWP, instalados com reversão para a PMU de 100% (cem por cento). Na oportunidade, Dr. Leonardo também apresentou e explicou os dados das tabelas: Comparação dos custos totais estimados com o serviço de energia elétrica para o Município de Uberaba, sem as 3 (três) Mini-usinas solares fotovoltaicas e com as 3 (três) Mini-usinas solares fotovoltaicas, ao longo dos 25 (vinte e cinco) anos de operação referente a 19.581.088,00 (dezenove milhões, quinhentos e oitenta e um mil, oitenta e oito) kWh/ano; Estimativa de retorno das 3 (três) Mini-usinas Solares Fotovoltaicas do Município de Uberaba considerando o período de operação, incluindo o ganho patrimonial do poder público e, também, comparando com a quantidade de 19.581.088,00 (dezenove milhões, quinhentos e oitenta e um mil, oitenta e oito) kWh/ano adquirida pelas Mini-usinas; Discriminação do CAPEX-15MWP; Discriminação do OPEX-15MWP; Resumo dos Indicadores de Retorno Financeiro. Também foram apresentados os gráficos com a variação do valor da tarifa de energia elétrica residencial e a industrial entre os anos de 1995 (um mil novecentos e noventa e cinco) a 2017 (dois mil e dezessete) em comparação ao reajuste do valor da energia pelo IPCA no mesmo período; Operação de Hedge. Desta forma, o somatório do valor presente da diferença das faturas de energia elétrica atrelado ao reajuste normal comparados com as faturas de energia atrelada ao IPCA representa o montante de R\$ 6.768.728,45 (seis milhões, setecentos e sessenta e oito mil, setecentos e vinte e oito reais e quarenta e cinco centavos). A PPP traz uma autonomia para a engenharia inovar porque o importante é a quantidade de energia injetada. O projeto ficou extremamente atrativo para a PPP. É um grande investimento visto que nos próximos dez anos provavelmente a energia elétrica

não vai diminuir o seu preço. A viabilidade jurídica do projeto está amparada pela Lei Federal 11.079 de 2004, Lei Municipal 12.280 de 2015 (Programa de PPP), Decreto N 703 de 2013 (PMI) e o Decreto N 2473 de 2014 (CGP). Assim, Uberaba hoje tem todas as legislações necessárias para dar segurança jurídica a esse empreendimento. As características jurídicas são: Tipo de Concessão: Administrativa. Objeto: implantação, operação, manutenção de Usina Solar Fotovoltaica para atender parte da demanda própria de energia do Município de Uberaba; Prazo do contrato é de 26 anos, sendo um ano para a construção da usina. Valor Previsto do Contrato-VPC é de R\$ 223.934.301,00 (duzentos e vinte e três milhões novecentos e trinta e quatro mil, trezentos e um reais); Correção contratual: IPCA. O diretor do iPGC, Leonardo Santos encerrou sua apresentação e abriu o microfone ao público para perguntas, esclarecimentos de dúvidas, críticas, opiniões e considerações. O assessor Glauber agradeceu a apresentação do Diretor Leonardo e colocou à disposição de toda comunidade, para esclarecimentos de dúvidas, pelo e-mail cgp@uberaba.mg.gov.br. Prosseguindo, o senhor Neilon Nice de Sousa Alves, representante do PROCON, perguntou se haverá compra de imóveis no município ou em cidades da redondeza cujos valores são menores e se haverá parceria com os donos dos imóveis para a construção da usina. Glauber respondeu que os imóveis serão no município de Uberaba e provavelmente serão comprados porque no final do contrato eles voltam como ativo para a Prefeitura assim como a usina. Prosseguindo, o senhor Lucas, da Empresa Algori, questionou se haverá arrendamento ou compra de propriedades rurais para a construção da usina levando em consideração a grande valorização dos terrenos. Leonardo Santos respondeu que a PMU tem como ajudar para não haver uma especulação imobiliária, evitando a excessiva valorização do terreno onde ficará a usina. O prefeito terá que ser muito parceiro dos investidores. A concessionária vai tentar retirar o projeto e talvez até entrar na concorrência. Segundo ele, a parceria público-privada tem que mudar a cultura porque há uma desconfiança entre os dois. Tudo está previsto na matriz de risco e é passível de acordo. O engenheiro Márcio Arruda, da ECAD Engenharia fez os seguintes questionamentos: 1. Minas Gerais é o único estado em que o ICMS é isento até 5 (cinco) MW de potência das usinas. O convênio do CONFAZ autoriza esse desconto para usinas até 1 (um) MWp. Grandes investidores estão construindo cinco usinas de um MWp e não uma só de cinco MWp, por conta do risco de cair a lei que autoriza esse desconto até 5MWp, colaboração do Deputado Gil Pereira. Essa possibilidade foi prevista no estudo de viabilidade 2. Foi analisada a possibilidade de se construir usinas menores para aproveitamento da demanda contratada reduzindo em até vinte por cento do OPEX dessas usinas. 3. Qual a tecnologia utilizada para uma geração prevista tão alta nas usinas? Como sugestão, ele disse que o ideal seria reduzir o ISSQN que será tributado das usinas e aumentar ou melhorar o resultado econômico das usinas. O Diretor Leonardo respondeu que todas essas questões estão previstas na Matriz de Risco. Minas Gerais realmente é o único estado do país com essas características, mas o governador

Romeu Zema que é mais liberal não demonstra a possibilidade de diminuir de 5 (cinco) para 1 (um) MWP, conclui-se assim que embora haja o risco, o governo é favorável. De fato, o privado pode fatiar os 5 (cinco) MWP em usinas pequenas para melhorar a conexão mas aumenta o gasto na manutenção de várias usinas e deslocamentos entre elas. Provavelmente, as concessionárias cobrarão uma taxa para o consumidor colocar a energia na rede, mas sobre isso não há como prever, só haverá certeza após a publicação de Portaria específica. Sem mais questionamentos ou pontuações pelos presentes, a Audiência Pública foi finalizada com agradecimento pela presença de todos. Nada mais a declarar, a presente ata foi encerrada.